

Defensoria Pública de SP registrou 5.749 pedidos de medidas protetivas

Foram 5.016 pedidos de urgência feitos em 2023, 5.139 em 2024 e 5.749 em 2025

Neste Mês da Mulher, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo reforça sua atuação no enfrentamento à violência de gênero e na garantia de acesso à proteção jurídica e à rede de apoio. Em todo o estado, a instituição registrou aumento nos pedidos de medidas protetivas de urgência: foram 5.016 em 2023, 5.139 em 2024 e 5.749 em 2025. Prevista na Lei Maria da Penha, a medida é um instrumento essencial para interromper situações de violência e preservar a integridade das vítimas.

A defensora pública-geral em exercício, Bruna Simões, destaca que a instituição tem papel fundamental no acesso à Justiça e no fortalecimento da rede de proteção às mulheres. Segundo ela, os números de violência ainda são preocupantes e reforçam a necessidade de atuação constante das instituições. “A Defensoria trabalha para garantir que mulheres em situação de violência tenham acesso à informação, acolhimento e às medidas previstas em lei, com atendimento humanizado e orientação jurídica”, afirma.

Para a defensora pública Isabella Benitez Galves, da Assessoria Especial da Equidade de Gênero, a medida protetiva é um dos instrumentos mais eficazes da Lei Maria da Penha para garantir segurança imediata. O recurso pode ser solicitado por mulheres vítimas de violência



Divulgação

Em todo estado, a instituição registrou aumento nos pedidos de medidas protetivas de urgência

física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. Entre as determinações mais comuns estão o afastamento do agressor do lar, a proibição de aproximação ou contato com a vítima e restrições de visitas aos filhos.

O pedido pode ser feito em delegacias, especialmente nas Delegacias de Defesa da Mulher, nas unidades da Defensoria Pública, no Ministério Público ou por meio de advogado. Na Defensoria, além da orientação jurídica, a mulher recebe atendimento qualificado e acolhimento

para avaliação da situação. Fotografias, mensagens e testemunhos podem ajudar na comprovação da violência, mas não são obrigatórios para buscar atendimento.

Após o pedido, o caso é encaminhado ao Judiciário. De acordo com a Lei Maria da Penha, o juiz tem até 48 horas para decidir sobre a concessão da medida protetiva. Se concedida, o agressor é formalmente comunicado para cumprir as restrições determinadas.

Além das medidas protetivas, a Defensoria também pode ado-

tar outras providências jurídicas, como ações relacionadas a pensão alimentícia, divórcio, guarda de filhos e regulamentação de visitas, oferecendo uma resposta mais ampla às consequências da violência doméstica.

Na capital paulista, um dos espaços especializados de atendimento é a Casa da Mulher Brasileira, que reúne em um único local diversos serviços voltados ao enfrentamento da violência doméstica, incluindo Defensoria Pública, Delegacia de Defesa da Mulher, apoio psi-

cossocial e acolhimento temporário em casos de risco.

O atendimento da Defensoria Pública é gratuito e destinado, em geral, a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. No entanto, nos casos de violência contra a mulher não há exigência de limite de renda para solicitar medidas protetivas.

Para o atendimento, é recomendado levar documentos pessoais e, se possível, materiais que comprovem a violência, como fotos, mensagens, áudios, vídeos ou boletim de ocorrência. Ainda assim, a ausência desses elementos não impede que a mulher procure a Defensoria para orientação e acolhimento.

Proteção e orientação

Além do atendimento jurídico, a Defensoria também atua na orientação e no encaminhamento das mulheres para serviços da rede de proteção, como assistência social, apoio psicológico e serviços de saúde. O objetivo é garantir um atendimento integrado, capaz de atender não apenas às demandas jurídicas, mas também às necessidades sociais e emocionais das vítimas. A instituição promove ações de conscientização sobre os direitos das mulheres. Segundo a Defensoria, ampliar o acesso à informação é fundamental para que mais mulheres reconheçam situações de violência e busquem ajuda.

IPVA: calendário de março será retomado na quinta-feira (12)

A Secretaria da Fazenda e Planejamento retoma na próxima quinta-feira (12) o calendário de vencimentos do IPVA 2026 conforme o final de placa dos veículos. Em março, os proprietários que optaram pelo parcelamento devem pagar a terceira parcela do imposto.

Os contribuintes precisam ficar atentos às datas. Na quinta (12) vence o prazo para veículos com placa final 1. Na sexta (13) será a vez das placas final 2. O calendário segue até o dia 23, quando termina o prazo para veículos com placa final 0. Caso o vencimento ocorra em finais de semana ou feriados, o pagamento poderá ser feito no próximo dia útil.

Após o vencimento passam a incidir multa e juros, além da quebra do parcelamento. O valor do imposto pode ser consultado na rede bancária ou no portal da



Divulgação/Governo de SP

Alíquota para carros de passeio continua a mesma de 2025

Sefaz-SP, mediante o número do Renavam e a placa do veículo.

O pagamento pode ser feito via Pix, internet banking, caixas eletrônicas ou casas lotéricas, utilizando o Renavam. A Sefaz-SP orienta que os contribuintes utilizem páginas oficiais do

domínio “sp.gov.br” para obter informações e emitir o QR Code de pagamento.

Quem desejar antecipar o licenciamento anual precisa quitar todos os débitos do veículo, incluindo o IPVA, a taxa de licenciamento e multas.

13,2 mil vagas de emprego nesta semana

Os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) do Governo de São Paulo oferecem, nesta segunda-feira (9), 13.242 vagas de emprego em diferentes regiões do estado. Coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, os serviços estão disponíveis em mais de 200 unidades e auxiliam trabalhadores na busca por oportunidades e na intermediação com empresas.

Entre as ocupações com maior número de vagas estão auxiliar de logística (1.831), alimentador de linha de produção (1.680), faxineiro (862), operador de telemarketing (430), atendente de lanchonete (275), atendente de lojas e mercados (274), servente de obras (264), vendedor do comércio varejista (250), operador de caixa (231) e motorista de caminhão (231).

As unidades com mais

oportunidades são os PATs de Itapevi (1.582 vagas), Santana de Parnaíba (1.322), Valinhos (739), Indaiatuba (623) e Barueri (623). Por regiões, a maior concentração está na Região Metropolitana de São Paulo, com 5.978 vagas, seguida por Campinas (3.400) e Sorocaba (1.242).

Para utilizar os serviços, é necessário apresentar RG, CPF e Carteira de Trabalho na unidade mais próxima. Além da intermediação de mão de obra, os PATs também oferecem serviços gratuitos, como habilitação ao seguro-desemprego.

As vagas são atualizadas constantemente e podem ser preenchidas ao longo do dia, por isso a orientação é que os interessados procurem atendimento o quanto antes na unidade mais próxima e verifiquem as oportunidades disponíveis.